



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 26 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEALM

1. INTRODUÇÃO

1.1 Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III, V e parágrafo 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05, bem como o disposto no Decreto n. 7.892/2013 (e suas atualizações) e da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, a Seção de Almoxarifado elabora o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja formalizado um Registro de Preços.

2. DO OBJETO

2.1 DA ESPECIFICAÇÃO E DA QUANTIDADE:

2.1.1. Formação de **registro de preços** para aquisição eventual de **MATERIAL DE EXPEDIENTE** e **MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM** para suprir as necessidades ordinárias do estoque da Seção de Almoxarifado – SEALM deste Tribunal, **durante o exercício 2019**, conforme especificações descritas.

MATERIAL DE EXPEDIENTE			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO	UND	QTDE
01	Agenda permanente na cor preta , medindo aproximadamente 14,5 x 20,5 cm (variação máxima 5%), com capa dura em percalux, acabamento em <i>hot stamp</i> , encadernação costurada, 01 dia por página com horário 8:00 às 23:00, uma linha de anotação de compromissos para cada 30min, mínimo de 200 folhas em papel <i>off-set</i> branco de gramatura mínima 63 g/m², fitilho marcador de página, índice telefônico e calendário permanente. <i>As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado</i>	UND	360



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<i>de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981. (Cód. 150050).</i>		
02	Bloco de papel adesivo autocolante, tipo <i>Post-It</i> , reposicionável, medindo aprox. 76 mm x 102 mm (variação máxima 5%), em cores, distribuídas proporcionalmente (nas cores verde, amarelo, azul e rosa, admitindo-se mais cores) e com adesivo medindo aproximadamente 1 cm e com 100 folhas. <i>As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981. (Cód. 263613).</i>	BL	600
03	Cartolina confeccionada em celulose vegetal, medindo 55 x 73 cm, com gramatura 180 g/m ² e distribuída proporcionalmente nas cores azul, verde, amarela e branca, acondicionadas em embalagens com 100 folhas. <i>As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981. (Cód. 229125).</i>	UND	3.000
04	Cola branca a base de PVA , com bactericida, lavável, atóxica, aspecto pastoso, com bico aplicador e em tubo com 90/ 100 g, validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 317551).	UND	600
05	Estilete retrátil com lâmina metálica medindo 9 mm de largura (lâmina estreita), com corpo e quebrador de lâmina confeccionado em termoplástico, empunhadura emborrachada anatômica, com suporte interno para lâmina confeccionado em aço carbono bicromatizado, com trava de segurança, lâminas substituíveis e com pontas renováveis. Acompanha 2 lâminas reservas	UND	380



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	internas (Cód. 323769).		
06	Estilete retrátil com lâmina metálica medindo 18 mm de largura (lâmina larga), tipo profissional, com corpo e quebrador de lâmina confeccionado em termoplástico, empunhadura emborrachada anatômica, com suporte interno para lâmina confeccionado em aço carbono bicromatizado, com trava de segurança, lâminas substituíveis e com pontas renováveis. Acompanha 2 lâminas reservas internas (Cód. 238683)	UND	360
07	Etiqueta autoadesiva (em bobina) , confeccionada em papel couchê branco, com espessura mínima de 0,1 mm, sem microserilha, para utilização em impressora Samsung Bixolon SLP-T400; etiqueta medindo 24 mm x 60 mm, com 3 mm de espaço entre etiquetas, com rolete interno medindo 25 mm de diâmetro útil e com a quantidade mínima de 1.000 (mil) etiquetas por bobina. <i>As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981.</i> (Cód. 000400).	ROLO	400
08	Fita adesiva dupla face transparente , confeccionada em filme de polipropileno bi-orientado, recoberto com adesivo a base de borracha natural e resinas sintéticas de ambos os lados, medindo 25 mm x 30 m e com validade remanescente mínima de 24 meses (Cód. 407157).	UND	500
09	Papel A4 alcalino branco com desempenho máximo para impressão a laser (conforme informações técnicas contidas na embalagem do fabricante), liso em ambos os lados, com propriedades anti-atolamento, medindo 210 x 297 mm, com alvura não inferior a 97%, com gramatura 75g/m ² , em resma de 500 folhas, embalagem com propriedades térmicas e anti-umidade. <i>As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB</i>	RM c/ 500 fls.	8.000

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<i>PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981. (Cód. 275655).</i>		
10	Papel almaço pautado , branco, com margem, folha dupla, confeccionado a base de celulose vegetal, com gramatura não inferior a 63 g/m ² , com medidas mínimas de 200 mm x 280 mm, caderno com 10 folhas duplas. <i>As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981.(Cód. 414973).</i>	Caderno c/ 10 folhas duplas	2.000
11	Pasta registradora AZ , na cor azul royal, confeccionada em cartão de alta densidade revestido em polipropileno, colorido em dupla face (externo e interno), com visor plástico transparente de alta densidade, com duas aberturas para fixar o prendedor (trava para fechamento), ferragens e olhal em metal niquelado, com bordas revestidas em metal niquelado, com prendedor metálico acionado por alavanca de alta pressão, com fixador de papel a base de pressão (confeccionado em metal) e medindo 280mm x 350mm x 60 mm - lombo estreito. <i>As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981. (Cód. 327198).</i>	UND	600
12	Percevejo latonado, caixa com 100 unidades. Material Metal Galvanizado, Tratamento Superficial Pintado, Tamanho 9 mm, Características Adicionais Cores Variadas (Cód.425254).	UND	50

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13	Papel A5 alcalino branco com desempenho máximo para impressão a laser (conforme informações técnicas contidas na embalagem do fabricante), liso em ambos os lados, com propriedades anti-atolamento, medindo 210 x 148 mm, com alvura não inferior a 97%, com gramatura 75g/m ² , em resma de 500 folhas, embalagem com propriedades térmicas e anti-umidade. <i>As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981.</i>	RM c/ 500 fls	4.000
MATERIAIS DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM			
14	Bobina de plástico bolha de alta resistência, medindo 1,20 m de largura x 100 m de comprimento, diâmetro da bolha 10 mm, em gramatura mínima de 120 gr/m ² e máximo 150 gr/m ² (Cód. 239234).	Bobina	50
15	Caixa de papelão personalizada , onda C, medidas de 550 x 450 x 450 mm (C x L x A), gramatura 520 g/m ² , com impressão do Brasão da República (centralizado, altura de 8cm e largura de 7cm) e, abaixo, os seguintes dizeres: “ JUSTIÇA ELEITORAL ” (fonte Arial, letras centralizadas, maiúsculas com altura de 2 cm) e, abaixo, “ TRE-RO ” fonte Arial, letras centralizadas, maiúsculas, com altura de 3,5 cm), na cor preta, em 02 lados. <i>As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981.</i> (Cód. 234244).	UND.	1.500
16	Caixa de papelão personalizada , onda C, medidas de 600 x 600 x 800 mm (C x L x A), gramatura 520 g/m ² , com impressão do Brasão da República (centralizado, altura de 8cm e largura de 7cm) e,	UND.	1.500



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	abaixo, os seguintes dizeres: “ JUSTIÇA ELEITORAL ” (fonte Arial, letras centralizadas, maiúsculas com altura de 2 cm) e, abaixo, “ TRE-RO ” (fonte arial, letras centralizadas, com altura de 3,5 cm), na cor preta, em 02 lados. <i>As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981. (Cód. 234244).</i>		
17	Caixa de papelão personalizada , onda C, medidas de 500 x 250 x 200 mm (C x L x A), gramatura 520 g/m ² , com impressão do Brasão da República (centralizado, altura de 8cm e largura de 7cm) e, abaixo, os seguintes dizeres: “ JUSTIÇA ELEITORAL ” (fonte Arial, letras centralizadas, maiúsculas com altura de 2 cm) e, abaixo, “ TRE-RO ” (fonte Arial, letras centralizadas, maiúsculas, com altura de 3,5 cm), na cor preta, em 02 lados. <i>As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981. (Cód. 234244).</i>	UND.	1.500

2.1.2 Os subelementos de despesas dos materiais de expediente e de acondicionamento e embalagem foram agrupados em um único certame com fundamento no art. 2º, § 1º, I, da IN TRE-RO n. 04/2008.

2.2. REGRAS APLICÁVEIS À COMPROVAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS E DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS:

a) Se houver divergências entre a descrição do material e o respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalecerá a estabelecida neste Termo de Referência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Será exigido das licitantes, necessariamente, a indicação da **MARCA** e **MODELO (no que couber)** do produto ofertado e o envio de imagens, prospectos, folders para fins de aceitação do produto ofertado - uma vez que o nome de um mesmo equipamento pode ter variação regional – medida que permitirá aferir o atendimento das especificações definidas neste Termo de Referência;

c) Independentemente da alínea anterior, ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca dos produtos cotados pela licitante, poderá ser exigida **AMOSTRAS** desses produtos.

2.3. DOS QUANTITATIVOS EXIGIDOS PARA FORMAÇÃO DO SRP

2.3.1 Por força da previsão normativa do art. 14, do Decreto n. 7.862/2013, que atribui à Ata de Registro de Preços a natureza de compromisso de fornecimento, o quantitativo descrito na planilha é estimativo, não obrigando a Administração à sua aquisição efetiva.

2.4. DA GARANTIA DOS PRODUTOS

2.4.1 Quando não expressos nas especificações dos materiais, o período de garantia e o prazo de validade remanescente não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses.

2.5 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

A referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. Trata-se, a nosso ver, de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

Contudo, **existem regras de sustentabilidade ambiental de exigência obrigatória em função de expresso texto legal**, como no caso de aquisição de produto cuja fabricação ou industrialização envolva atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais. Em razão disso, também de acordo com o **GUIA DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA AGU**, para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no **Códigos 8-2 e 8.3 do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 06, de 15/03/2013**, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo **Artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981**:

ITEM	MATERIAL
1	Agenda permanente na cor preta
2	Bloco de papel adesivo
3	Cartolina
07	Etiqueta autoadesiva (em bobina)
09	Papel A4 alcalino branco
10	Papel almaço pautado
11	Pasta registradora AZ
13	Papel A5
15	Caixa de papelão personalizada
16	Caixa de papelão personalizada
17	Caixa de papelão personalizada

3. DAS JUSTIFICATIVAS

3.1. DA NECESSIDADE:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1.1. Justifica-se este registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente e de acondicionamento e embalagem, em razão da manutenção das atividades laborais ordinárias de todos que trabalham neste Egrégio Tribunal, inclusive no que for tocante ao atendimento ao público e ao **cadastramento biométrico que continuará a ocorrer no ano vindouro.**

3.1.2 O quantitativo solicitado foi obtido levando-se em consideração estatística de consumo anterior, bem como a demanda futura ordinária de 2019.

3.2. DA SOLUÇÃO:

3.2.1 A Seção de Almoxarifado efetua seu planejamento anual de aquisição de material, que foi instrumentalizado neste Termo de Referência, especificamente para os materiais em questão.

3.2.2 Esta futura compra é notoriamente necessária para o bom andamento das atividades judiciais e administrativas deste Tribunal. Para atender satisfatoriamente a essa demanda é necessário que a Seção de Almoxarifado mantenha um estoque adequado de materiais de expediente, suficiente e hígido para suportar a demanda ordinária vindoura, bem como as aquisições que ocorram pontualmente nos períodos solicitados.

3.3. a) Opta-se neste Termo de Referência pelo agrupamento dos seguintes subelementos de despesas:

16 – Material de expediente;

19 – Material de acondicionamento e embalagem.

b) O agrupamento adotado é permitido pela Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, em seu art. 2º, § 1º, I. Isso porque os materiais em questão guardam semelhança e são, geralmente, fornecidos por um mesmo ramo de comércio, o que amplia o interesse de participação. Busca-se, dessa forma, alcançar maior competitividade. Além disso, ao lançar mão desse agrupamento, verificam-se as seguintes vantagens:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – Instauração de um único procedimento, deflagrando-se um único certame para aquisição de diversos itens;

II – Economia processual, pois a tramitação ocorrerá em um único processo;

III – Competitividade, uma vez que empresas de ramos diversificados poderão participar do mesmo certame disputar todos os itens, se assim o quiserem.

4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.1 Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta do Planejamento Anual das Contratações para 2018/2019 e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;

Adotar-se-á como valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

DO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos contábeis para alinhar às necessidades orçamentárias, ao aprimoramento do processo eleitoral e à prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

5. DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:

5.1.1. É conveniente para a Administração que o material ora solicitado seja adquirido de forma parcelada pelas seguintes razões:

I – Permite a otimização do espaço disponível. A compra de todos os materiais para todo o exercício demandaria um espaço físico deveras elevado, caso a aquisição se desse em parcela única, não havendo espaço disponível para isso. Cite-se, como exemplo, as Pastas Registradoras AZ de lombo largo, as quais serão utilizadas durante todo o ano vindouro, de modo que a aquisição será feita em período hábil anterior, de modo que não ocorra a aquisição de todos os itens em parcela única, mas sim em conformidade com o cronograma determinado pela Administração do TRE-RO, contido



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no **Capítulo 6, item 6.3** deste TR. Além disso, alguns itens em questão possuem estoque atual, cuja aquisição não necessita ser imediata, mas que certamente se dará durante a vigência da Ata. Cite-se como exemplo "Cartolina", cujo estoque suportará à demanda de aproximadamente 05 meses, desta forma, fatalmente teremos que adquirir durante o curso da Ata vigente.

Assim, está presente o requisito permissão para sua adoção na forma do art. 3º, inciso II, do Decreto n. 7.892/2013;

II – A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa esperar que se libere o orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas;

III - Por fim, o registro de preços contempla a sistemática da IRP (Intenção de Registro de Preços), permitindo a contratação para atendimento de mais de um órgão da Administração Pública, gerando economia de escala com o aumento do quantitativo a ser licitado, na forma do art. 3º, inciso III, do Decreto n. 7.892/2013.

5.1.2 Registre-se que não há registro de preços vigente ou compromissário para fornecimento dos materiais permanentes especificados neste TR.

5.2 DO REGISTRO DE “IRP”:

5.2.1 Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a Seção de Almoxarifado manifesta-se favoravelmente ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa salutar, pois vários Órgãos Públicos – integrantes do sistema SIASG – utilizam o material de expediente e acondicionamento e embalagem nas suas atividades ordinárias, de modo que se pode contribuir para o ganho em escala.

5.2.2 No caso de outros órgãos manifestarem interesse em aderir à intenção de registro de preços - **no novo prazo de 8 (oito) dias úteis fixado pelo Decreto n. 9.488/2018** - deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

I – Quantitativo total;

II – Quantitativo mínimo por aquisição (de cada item);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – Cronograma de aquisição;

IV – Endereço completo do local de entrega;

V – Disponibilidade orçamentária;

VI – Responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

5.2.3 Com relação ao inciso II do item anterior, considerando a busca pela economia de escala, **será indeferida, de plano, a solicitação de adesão à IRP cujo quantitativo mínimo seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo mínimo estipulado por este TRE-RO no cronograma previsto no Capítulo 6, item 6.3 deste TR.**

5.3 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:

5.3.1 Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU -

Plenário: Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão das **especificações dos bens**, de emprego bastantes usuais na maioria dos órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

5.3.2 De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.3.3 De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

5.3.4 No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

5.4 DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

6. DO VALOR ESTIMADO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O valor estimado do registro de preços é de **R\$ 278.186,30 (duzentos e setenta e oito mil cento e oitenta e seis reais e trinta centavos)** de acordo com a pesquisa realizada no site eletrônico “banco de preços”, descrita no Item 6.2 deste TR e demonstrado na tabela adiante:

TABELA DE VALORES					
MAT. EXPEDIENTE VARIADOS					
ITEM	MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Agenda permanente	UND	360	R\$ 24,73	R\$ 8.902,80
2	Bloco de papel	BL	600	R\$ 3,85	R\$ 2.310,00
3	Cartolina	UN	3.000	R\$ 3,33	R\$ 9.990,00
4	Cola branca base PVA	UND	600	R\$ 1,96	R\$ 1.176,00
5	Estilete lâmina estreita	UND	360	R\$ 5,02	R\$ 1.807,20
6	Estilete lâmina larga	UND	360	R\$ 16,73	R\$ 6.022,80
7	Etiqueta autoadesiva em bobina	ROLO	400	R\$ 14,25	R\$ 5.700,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8	Fita adesiva dupla face	ROLO	500	R\$ 12,82	R\$ 6.410,00
9	Papel A4	Resma c/ 500 fls.	8.000	R\$ 16,09	R\$ 128.720,00
10	Papel Almaco	Caderno c/ 10 folhas duplas	1.000	R\$ 4,19	R\$ 4.190,00
11	Pasta AZ estreita	UND	600	R\$ 10,53	R\$ 6.318,00
12	Percevejo	UND	50	R\$ 3,79	R\$ 189,50
13	Papel A5	Resma c/ 500 fls.	4.000	R\$ 15,00	R\$ 60.000,00
14	Plástico bolha 10mm	Bobina	50	R\$ 161,73	R\$ 6.750,00
15	Caixa de papelão 550 x 50 x 450mm	UND	1.500	R\$ 4,50	R\$ 6.750,00
16	Caixa de papelão 600 x 450 x 800mm	UND	1.500	R\$ 9,80	R\$ 14.700,00
17	Caixa de papelão 500 x 250 x 200mm	UND	1.500	R\$ 5,50	R\$ 8.250,00
Total					R\$ 278.186,30

6.2 DA PESQUISA DE PREÇOS:

6.2.1 Os valores unitários foram obtidos por meio de pesquisa de preços realizada no âmbito da Administração Pública e Mercado, conforme demonstrado na planilha de composição de preços abaixo:

PESQUISA DE PREÇOS					
MAT. EXPEDIENTE VARIADOS					
ITEM	MATERIAL	Preços Pesquisados no banco de preços/mercado R\$			Preço Médio R\$
01	Agenda permanente	20,24	27,90	26,06	24,73
02	Bloco de papel adesivo	3,18	4,50	3,88	3,85

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03	Cartolina	5,20	2,80	1,99	3,33
04	Cola branca base PVA	2,36	1,24	2,28	1,96
05	Estilete lâmina estreita	5,99	3,97	5,10	5,02
06	Estilete lâmina larga	17,76	16,85	15,59	16,73
07	Etiqueta autoadesiva em bobina	18,00	10,74	14,00	14,25
08	Fita dupla face	8,80	15,68	13,97	12,82
09	Papel A4	16,78	14,00	17,49	16,09
10	Papel Almaco	4,70	4,70	3,18	4,19
11	Pasta AZ estreita	10,76	10,99	9,85	10,53
12	Percevejo	5,23	2,47	3,66	3,79
13	Papel A5 *	15,00	-	-	15,00
14	Plástico bolha 10mm	154,63	190,57	140,00	161,73
15	Caixa de papelão 550 x 50 x 450mm	7,10	3,55	4,50	5,05
16	Caixa de papelão 600 x 450 x 800mm	8,39	9,96	9,80	9,38
17	Caixa de papelão 500 x 250 x 200mm	4,32	3,92	5,50	4,58

* O item 13 Papel A5 destacamos a dificuldade em se conseguir o preço para parâmetro e que não conseguimos outros valores para tirar uma média de preços, o motivo conforme informações de fornecedores locais por se tratar de material que não tem saída comercial, ou seja, é adquirido por encomenda, abaixo demonstramos o valor obtido:

Material

Empresa

Valor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Papel A5	Holanda Papelaria	15,00
Papel A5	Liberdade & Silva	Não cotou
Papel A5	Papelaria Liberdade	Não cotou
Papel A5	SOCIBRA	Não cotou

Esses levantamentos de preços no mercado local fazem parte do evento [0402499](#).

Só foi considerada a cotação no mercado local por não encontrarmos no banco de preços o material, e ao pesquisarmos na internet só foi encontrado no Mercado Livre o que foi descartado pelo exposto abaixo:

Os preços encontrados no Mercado Livre não foram utilizados porque, na lição do Professor **Luiz Cláudio de Azevedo Chaves** (*in* artigo A atividade de análise de mercado para planejamento das contratações governamentais, disponível no link <file:///C:/Users/001150482305/Downloads/1428-Texto%20do%20artigo-2675-1-10-20180504.pdf>, acessado em 3/4/2019) não são considerados idôneos para as cotações de preços na Admnsita.ao Pública. *Verbis*:

“(...) Como visto, a única recomendação metodológica quanto ao uso da internet é aquela disposta no art. 4º da IN/MP nº 5, de 27 de junho de 2014.

No caso da Portaria TCU nº 128/2014, a recomendação

recai sobre o aspecto formal do registro da pesquisa

realizada. Quanto à metodologia a ser empregada,

nenhuma disposição. Mas é claro que o uso da

internet como fonte de consulta de preços requer

muitos outros cuidados. Começando pela orientação estampada no dispositivo da IN nº 5/2014/MP ora indicado, passemos às orientações de uso dessa excelente fonte de consulta.

A norma supratranscrita parece indicar o óbvio. Prevê que a pesquisa de dados na internet não poderá ser feita em sites de leilão ou intermediação de vendas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nada mais razoável. Ora, se a pesquisa visa investigar o “comportamento” real do mercado, claro está que as fontes de consulta devem ser idôneas. Não se deve confundir idôneo com desonesto. Por idônea deve ser entendida a fonte que representa o segmento de vendas comerciais usuais. Os sítios de leilão, de troca ou de intermediação de vendas – OLX, Mercado Livre, por exemplo – são fontes honestas, mas não são idôneas para o fim de coleta de dados. Isso porque trabalham com trocas e venda, por particulares, de produtos usados (muito embora também tenham lojas formais em seus cadastros de anunciantes). (...)”

6.3 DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

6.3.1 O quantitativo registrado não vincula a Administração à sua aquisição, o que ocorrerá de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária. Nessas circunstâncias, buscar-se-á a contratação dentro do cronograma abaixo:

ITEM	MATERIAL	QTD.	Vlr. Unitário	1º SEM 2019		2º SEM 2019		Quant. MÍNIMO
01	Agenda permanente	360	R\$ 24,73	180	R\$ 4.451,40	180	R\$ 4.451,40	180
02	Bloco de papel adesivo	600	R\$ 3,85	300	R\$ 1.155,00	300	R\$ 1.155,00	200
03	Cartolina	3.000	R\$ 3,33	1.500	R\$ 4.995,00	1.500	R\$ 4.995,00	1.000

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04	Cola branca base PVA	600	R\$ 1,96	300	R\$ 588,00	300	R\$ 588,00	200
05	Estilete lâmina estreita	360	R\$ 5,02	180	R\$ 903,60	180	R\$ 903,60	100
06	Estilete lâmina larga	360	R\$ 16,73	180	R\$ 3.011,40	180	R\$ 3.011,40	100
07	Etiqueta autoadesiva em bobina	400	R\$ 14,25	200	R\$ 2.850,00	200	R\$ 2.850,00	100
08	Fita adesiva dupla face	500	R\$ 12,82	250	R\$ 3.205,00	250	R\$ 3.205,00	200
09	Papel A4	8.000	R\$ 16,09	4.000	R\$ 64.360,00	4.000	R\$ 64,360,00	1.000
10	Papel Almaco	1.000	R\$ 4,19	500	R\$ 2.095,00	500	R\$ 2.095,00	200
11	Pasta AZ estreita	600	R\$ 10,53	300	R\$ 3.159,00	300	R\$ 3.159,00	200
12	Percevejo	50	R\$ 3,79	30	R\$ 113,70	20	R\$ 113,70	20
13	Papel A5	4.000	R\$ 15,00	2.000	R\$ 30.000,00	2.000	R\$ 30.000,00	1.000
14	Plástico bolha	50	R\$ 161,73	25	R\$ 4.043,25	25	R\$ 4.043,25	20
15	Caixa de papelão de 550mm	1500	R\$ 5,05	750	R\$ 3.787,50	750	R\$ 3.787,50	100
16	Caixa de papelão de 600mm	1500	R\$ 9,38	750	R\$ 7.035,00	750	R\$ 7.035,00	100
17	Caixa de papelão de 500mm	1500	R\$ 4,58	750	R\$ 3.435,00	750	R\$ 3.435,00	100

6.4 DA ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.4.1. Tratando-se de formação de registro de preços, deixa-se de indicar a dotação orçamentária nesta oportunidade, entendendo, **s.m.j**, não haver qualquer irregularidade, posto que o desencadeamento do registro de preços independe da existência de recursos financeiros, sendo necessária a indicação da fonte somente no ato da contratação, conforme disposto no art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013.

6.4.2 A execução orçamentária das aquisições efetivas ocorrerá da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	ORDINÁRIO
Orçamento Ordinário 2019	
Material de Expediente	R\$ 278.186,30
AOSA CONSUM	

7 - DO CERTAME LICITATÓRIO

7.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Trata-se bens comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **para formação registro de preços, do tipo menor preço, por lote, na forma de fornecimento parcelado**, consoante as condições definidas neste TR.

7.2 DA APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS:

Todos os itens têm valores estimados inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Assim, em cumprimento ao art. 47, *caput* e art. 48, I, ambos da Lei



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Complementar n. 123/2006 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, o certame será destinado exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte.

7.3 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL:

7.3.1A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

I - O valor estimado do item é o parâmetro máximo de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta;

II - As propostas inseridas no sistema eletrônico de compras deverão informar, necessariamente, as respectivas **MARCA** e **MODELO (no que couber)** dos objetos ofertados;

III - O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante informações mais detalhadas do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto do item, assinalando prazo de até 01 (uma) hora para o envio, sob pena de recusa da proposta;

IV - Independentemente da alínea anterior, ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca da proposta da empresa licitante, o pregoeiro poderá solicitar ou não o envio de amostra para análise, a qual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta;

V - O envio e a devolução da amostra de material previsto no item anterior devem correr a expensas da empresa licitante. A Administração reserva-se o direito de reter a amostra até o fornecimento do item adjudicado, a fim de verificar a compatibilidade da amostra com o item efetivamente entregue e se o fizer informará ao fornecedor;

VI - Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, de acordo com o quadro abaixo:

ITEM	MATERIAL
1	Agenda permanente na cor preta
2	Bloco de papel adesivo
3	Cartolina



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7	Etiqueta autoadesiva (em bobina)
9	Papel A4 alcalino branco
10	Papel almaço pautado
11	Pasta registradora AZ
13	Papel A5 alcalino branco
15	Caixa de papelão personalizada
16	Caixa de papelão personalizada
17	Caixa de papelão personalizada

O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981 e da Instrução Normativa IBAMA n. 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

- a) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao processo;
- b) Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

VII - Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias;

VIII - O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório emitido pela Seção de Almoxarifado;

IX - Quando não expressos nas especificações dos materiais, o período de garantia e o prazo de validade remanescente não poderão ser inferiores a **12 (doze) meses**;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

X - Salvo se expressamente constar na especificação do objeto, não serão aceitos materiais que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

XI- As embalagens dos materiais deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).

7.4 DA HABILITAÇÃO:

I - Habilitação jurídica: Tratando-se de sociedades comerciais as licitantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

II - Habilitação fiscal: A licitante deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ);

III - Habilitação técnica dispensada: A exigência se encontra no campo da discricionariedade da Administração, que a exerce em face do binômio necessidade/utilidade, motivo pelo qual entendeu-se não aplicável a exigência da apresentação de atestado técnico operacional das licitantes em razão do objeto do certame, todos bens de pronta entregas. Além disso, a dispensa do atestado encontra amparo na norma expressa do § 1º do art. 32 da Lei n. 8.666/93. Veja-se:

***Art. 32.** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 1º A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 desta Lei poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão. (negritou-se e grifou-se)

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

III - Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 27, § 3º c/c Art. 28, ambos do Decreto n. 5450/2005, ao adjudicatário regularmente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.

IV - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

V - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VI - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

9. DO CONTRATO

I - O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

VI - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

9.1 DO PRAZO DE ENTREGA, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

Prazo de entrega: Após o recebimento da nota de empenho a contratada deverá entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Por se tratar de contrato de escopo, de execução (fornecimento) imediata, **não há previsão de reajuste de preços**, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

Havendo necessidade, o **contrato poderá ser objeto de alterações** nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

Admite-se **eventual reequilíbrio** na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

9.2 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DO PAGAMENTO:

9.2.1. São obrigações da Administração contratante:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Requisitar o fornecimento dos materiais somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

b) **Receber provisoriamente** os produtos no ato da entrega, desde que acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO;

b.1) O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

c) **Receber definitivamente** os produtos após a verificação do cumprimento das especificações, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO.

d) Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

d.1) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

d.2) Produtos em embalagem não original do fabricante;

d.3) Produtos em embalagem sem as respectivas especificações técnicas do produto e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.);

d.4) Produtos que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento, salvo se expressamente permitida na especificação do material;

d.5) Produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores a 12 (doze) meses, ou conforme especificado no objeto, contados da entrega do produto;

d.6) Produtos com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de o recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almoxarifado deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais.

e.1) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

e.2) Nenhum pagamento será realizado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

e.3) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365$$

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e.4) A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

9.2.2. São obrigações da contratada, além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Edital do certame e seus anexos, em sua proposta e na Ata de Registro de Preços, obriga-se a contratada:

a) Entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da retirada da Nota de Empenho;

a.1) **Endereço de entrega:** Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859. O fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2092/ 2051/ 2000.

a.2) O horário normal de recebimento dos materiais é de segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e 14h às 18h.

b) Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

c) Recolher, às suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

c.1) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

c.2) Na hipótese de não existência de créditos da contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados, mesmo após devidamente notificada, sem qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 60 (sessenta) dias da notificação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação desses. O pedido deverá ser devidamente justificado e dirigido à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.

d.1) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

e) Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

f) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

g) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

h) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão do edital do certame.

10.2 SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações decorrentes do contrato (nota de empenho de despesa), garantido o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos prazos de entrega e substituição dos materiais recusados:

- a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens não entregues ou substituídos;
- b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

III - Descumprimentos das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

- a) Primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- c) A ocorrência de descumprimentos superiores a 3 (três) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

10.3 Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) **multa sancionatória** fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções prevista neste TR, nos seguintes termos:
 - b1) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho de despesa pela descumprimento da obrigação de entrega dos materiais, após a devida notificação pela fiscalização;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b2) de 10% (dez por cento) sobre o da nota de empenho de despesa, no caso de recusa em aceitar alterações legalmente obrigatórias do contrato;

b3) de 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, caso os bens entregues estejam em desacordo com a especificação, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo;

b4) de 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, por ocorrência, no caso de não emissão de documento, imprescindível ao pagamento;

b5) de 30% (trinta por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, caso negue-se a fornecer a integralidade os bens sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucessivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.4 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

10.5 O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.6 A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

10.7 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

10.8 Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

10.9 No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);

10.10 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

10.11 As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

10.12 O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1 A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

11.2 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

11.3 A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

11.4 Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

12. DOS ANEXOS

12.1. São anexos ao presente instrumento a pesquisa de preço realizada no âmbito da Administração Pública/Mercado, eventos (0402499).

Em 09 de abril de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **CLÁUDIO APARECIDO PINTO**, **Chefe de Seção**, em 09/04/2019, às 17:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000989-80.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Análise final – Pregão n. 08/2019 – SRP – aquisição de material de expediente e material de acondicionamento e embalagens

PARECER JURÍDICO Nº 0429330 / 2019 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela SEÇÃO DE ALMOXARIFADO – SEALM, com o objetivo de eventual aquisição de **MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM**, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender às necessidades desta Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme Termo de Referência n. 26 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEALM ([0404972](#)).

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 08/2019 e seus Anexos ([0413620](#)), o qual logrou aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº [0414265](#)/2019 - PRES/DG/AJDG.

03. Os documentos comprobatórios de sua divulgação foram juntados nos eventos [0414707](#) e [0415870](#).

04. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Solicitação de Esclarecimento – Preço ([0419640](#)) e Solicitação de Esclarecimento – intempestiva ([0419642](#));

b) Relatório de propostas do Pregão Eletrônico nº 08/2019 ([0419818](#));

c) Solicitação SLC ([0419820](#)) e sua respectiva resposta na Manifestação 853 ([0419961](#))

d) Anexo de Proposta – item 18 –ES INDUSTRIA ([0420050](#)), Anexo de Proposta – item 13 – RONDOFORMS ([0420052](#)), Solicitação SLC ([0420062](#)) e Manifestação 860 ([0420237](#));

e) Anexo de Proposta – item 09 – RONDOFORMS ([0420554](#)), Anexo de Proposta – item 10 e 11 – A.C.F ([0420557](#)), Solicitação SLC ([0420603](#)) e Manifestação 870 ([0420614](#));

f) Anexo de Proposta – itens 02 e 03 – PAPELARIA TEIXEIRA ([0420768](#)), Anexo de Proposta – item 07 – INTERLABEL ([0420779](#)), Solicitação SLC ([0420796](#)) e Manifestação 877 ([0420822](#))

g) Anexo – Prospecto – item 06 – PRISMA PAPELARIA ([0420862](#)), Anexo – Diligência – item 09 – RONDOFORMS ([0420865](#)), Anexo de Proposta – item 02 – JOÃO FRANCISCO ([0421195](#)), Anexo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Proposta – item 09 – RECOL ([0421201](#)), Anexo – Prospecto – item 05 – HOLANDA PAPELARIA ([0421216](#)), Solicitação SLC ([0421226](#)) e Manifestação 888 ([0421317](#));

h) Anexo – Prospecto – item 09 – RECOL ([0421552](#)), Solicitação SLC ([0421553](#)), Manifestação 894 ([0421612](#)), Solicitação SLC ([0424691](#)), Manifestação 941 ([0424701](#)), Solicitação SLC ([0424702](#)) e Manifestação 942 ([0424711](#));

i) Anexo – Prospecto do item 06 – HOLANDA ([0424858](#)), Anexo – Prospecto do item 06 – ACF ([0424860](#)), Solicitação SLC ([0424861](#)) e Manifestação 957 ([0425109](#)).

j) Documentos de habilitação das seguintes licitantes:

- A.C.F. MOREIRA, CNPJ: 14.410.553/0001-27 ([0425258](#));
- ES INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA, CNPJ: 09.381.459/00001-57 ([0425260](#));
- HOLANDA PAPELARIA EIRELI, CNPJ: 63.772.925/0001-70 ([0425262](#));
- INTERLABEL SOLUÇÕES EM ROTULAGEM EIRELI, CNPJ: 30.019.250/0001-34 ([0425263](#));
- PAPELARIA TEIXEIRA LTDA, CNPJ: 04.925.681/0001-50 ([0425264](#));
- PRISMA PAPELARIA EIRELI, CNPJ: 28.076.288/0001-05 ([0425265](#)), e
- RECOL DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO LTDA, CNPJ: 04.598.413/0003-32 ([0425266](#)).

l) Ata do Pregão Eletrônico n. 08/2019 (SRP) ([0425267](#));

m) Resultado de Licitação por Fornecedor ([0425268](#));

g) Termo de Adjudicação ([0425270](#)); e

h) Resultado da Licitação SLC ([0425277](#)) e Retificação de Publicação SLC ([0426241](#)).

05. A comprovação da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral veios aos autos nos eventos [0425324](#) e [0426618](#).

06. Não houve manifestação de intenção de recurso pelas licitantes.

07. Por fim, veio aos autos o relatório do Pregoeiro relatando as principais ocorrências do certame ([0425326](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2019 PARA REGISTRO DE PREÇOS.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 17 do Decreto Federal n. 5.450/05, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 17, § 4º do Decreto Federal nº 5.450/05.

09. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, II, da Lei n. 10.520/02 c/c art. 17, § 2º, do Decreto Federal n. 5.450/05.

10. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Houve um pedido de esclarecimento sobre preço estimado ([0419640](#)), o qual foi devidamente respondido por e-mail ao licitante. Houve um pedido de esclarecimento intempestivo ([0419642](#)). Não houve impugnação ao Edital.

b) Desclassificação de propostas: Houve desclassificação de uma proposta, referente ao item 03 do objeto deste certame. A descrição do item exigia cartolina, mas o licitante ofertou bloco de recado.

c) Lances: Os melhores lances para todos os itens deste estão registrados em demonstrativos do sistema Comprasnet ([0419818](#)) e todos os lances do certame na Ata do Pregão ([0425267](#)). Não houve recusa de lances.

d) Fase de negociação/aceitação: As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas no quadro constante do item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([0425326](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação, acertada e objetiva, para os itens **04, 06, 07, 08, 09, 12, 14 e 18**, dos critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório. Quanto aos itens **01, 02, 03, 05, 10, 11 e 13** o Pregoeiro **recusou** proposta, pois, na negociação, as licitantes não aceitaram a redução do seu valor para preço inferior ao estimado pela Administração. **Correta a recusa com fulcro nos 8.6 do Edital.** Ressalta-se que esses itens restaram fracassados, por falta de propostas aceitáveis. Destaca-se, ainda a atuação do responsável técnico da unidade solicitantes (SEALM), o qual analisou as especificações técnicas dos bens ofertados e opinou na sua classificação ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

desclassificação e na aceitação dos itens e propostas do Pregão Eletrônico em comento.

e) Cancelados na aceitação: Sim (itens 01, 02, 03, 05, 10, 11 e 13).

f) Item deserto: Sim (itens 15, 16 e 17).

g) Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios, o Pregoeiro declarou habilitadas as licitantes A.C.F. MOREIRA, CNPJ: 14.410.553/0001-27 ([0425258](#)), ES INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA, CNPJ: 09.381.459/0001-57 ([0425260](#)), HOLANDA PAPELARIA EIRELI, CNPJ: 63.772.925/0001-70 ([0425262](#)), INTERLABEL SOLUCOES EM ROTULAGEM EIRELI, CNPJ: 30.019.250/0001-34 ([0425263](#)), PAPELARIA TEIXEIRA LTDA, CNPJ: 04.925.681/0001-50 ([0425264](#)), PRISMA PAPELARIA EIRELI, CNPJ: 28.076.288/0001-05 ([0425265](#)) e RECOL DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA, CNPJ: 04.598.413/0003-32 ([0425266](#)).

h) Recursos: Não houve registro de intenção de recurso.

11. Comprova-se que os prazos recursais acham-se vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

12. O procedimento licitatório em comento foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obtiveram uma economia.

13. Segundo o art. 24, inc. V, da Lei nº 8.666/93, a licitação poderá ser dispensada, mantendo todas as condições preestabelecidas, quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, motivadamente, não puder ser refeita sem prejuízo para a Administração. Este dispositivo trata da licitação denominada deserta, a qual nenhuma proposta é apresentada.

14. No caso sub examine, os **itens 15, 16 e 17** foram cancelados por inexistência de proposta (desertos). Assim, tais objetos poderão ser adquiridos diretamente nos mesmos moldes do Edital nº 08/2019, se justificada a impossibilidade de repetir o certame.

15. Ademais, destaca-se que **os itens 01, 02, 03, 05, 10, 11 e 13 restaram fracassados**, pois as propostas foram recusadas devido ao preço das propostas serem superiores ao valor estimado pela Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, **ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação, salvo justificativa. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

17. Embora, registrando itens desertos e fracassados na licitação, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0425267](#)).

18. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da Legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

19. **Ante o exposto**, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação** ([0425270](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

20. Em arremate, reafirma-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos **itens 01, 02, 03, 05, 10, 11 e 13 (fracassados) e itens 15, 16 e 17 (desertos)** com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o **cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos**. De toda forma, deverá a unidade solicitante - Seção de Almoxarifado - pronunciar-se acerca da conveniência e oportunidade do procedimento que melhor atenda o interesse da Administração.

À consideração da autoridade competente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 02/07/2019, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001321-18.2017.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Aquisição de material de expediente e material de acondicionamento e embalagens. Homologação.

DESPACHO Nº 2873 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Almoxarifado - SEALM, objetivando eventual aquisição de material de expediente e material de acondicionamento e embalagem, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender às necessidades desta Justiça Eleitoral, conforme Termo de Referência nº 26 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEALM (evento [0404972](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação, oriundo do Pregão Eletrônico n. 08/2019 e seus anexos ([0413620](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0425267](#)); o Resultado por Fornecedor ([0425268](#)); Relatório das principais ocorrências do certame ([0425326](#)); Resultado de Licitação ([0425277](#)) e a comprovação da publicação do resultado ([0426618](#)).

Houve um pedido de esclarecimento sobre preço estimado ([0419640](#)), o qual foi devidamente respondido por e-mail ao licitante. Houve um pedido de esclarecimento intempestivo ([0419642](#)). Não houve impugnação ao Edital, nem registro de intenção de recurso.

Houve desclassificação de uma proposta, referente ao item 03 do objeto deste certame. A descrição do item exigia cartolina, mas o licitante ofertou bloco de recado.

As propostas para os itens 01, 02, 03, 05, 10, 11 e 13 foram recusadas pelo Pregoeiro devido ao seu preço ser superior ao valor estimado pela Administração, caracterizando-se licitação fracassada em relação a estes itens. Não houve propostas para os itens 15, 16 e 17.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as seguintes licitantes: a) 04.598.413/0003-32 - RECOL DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA, item 09, valor R\$ 88.500,00; b) 04.925.681/0001-50 - PAPELARIA TEIXEIRA LTDA, item 14, valor R\$ 8.086,50; c) 09.381.459/0001-57 - ES INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA, item 18, valor R\$ 20.000,00; d) 14.410.553/0001-27 - A.C.F. MOREIRA, itens 6 e 8, valor R\$ 8.040,00; e) 28.076.288/0001-05 - PRISMA PAPELARIA EIRELI; item 4, valor R\$ 732,00; f) 30.019.250/0001-34 - INTERLABEL SOLUCOES EM ROTULAGEM EIRELI, item 7, valor R\$ 3.496,00; e g) 63.772.925/0001-70 - HOLANDA PAPELARIA EIRELI, item 12, valor R\$ 86,50. Os itens 15, 16 e 17 foram desertos e os itens 1, 2, 3, 5, 10, 11 e 13 fracassados. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro encerrou a sessão e adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total do certame R\$ 128.941,00.

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens 01, 02, 03, 05, 10, 11 e 13 (fracassados) e itens 15, 16 e 17 (desertos) com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ([0429330](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 5.450/2005, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que, embora tenham restados fracassados e desertos os itens supramencionados, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0425267](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretora-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 008/2019**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0425270](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À SEALM para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 01, 02, 03, 05, 10, 11, 13, 15, 16 e 17, com base no art. 24, V, da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.

Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO**, Diretor(a)-Geral - Em Substituição, em 03/07/2019, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2019

ARP nº. 39/2019

PROCESSO nº. 0000989-80.2019.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 08/2019

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76.805-901, por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e, CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **RECOL DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **04.598.413/0003-32**, com sede na Rua Surubim, nº. 4925. Bairro Lagoa. Porto Velho – RO. CEP. Telefone(s): 2181.9900 e 99360.9360, e E-mail(s): recolpvh.sei.ro@gmail.com, neste ato representada pelo **HERNANDES SALES GUERRA**, brasileiro, portador



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do **RG nº. 056.517 SSP-AC e CPF nº. 045.692.022-68**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Item 09 do Edital. Papel A4 alcalino branco com desempenho máximo para impressão a laser (conforme informações técnicas contidas na embalagem do fabricante), liso em ambos os lados, com propriedades anti-atolamento, medindo 210 x 297 mm, com alvura não inferior a 97%, com gramatura 75g/m², em resma de 500 folhas, embalagem com propriedades térmicas e anti-umidade. As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981. (Cód. 275655)	Resma	6000	14,75	88.500,00
Valor Total da ARP (R\$)					88.500,00

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais conforme estabelecido no Edital e Termo de Referências, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. Entregar os materiais no depósito da Seção de Almoxarifado sito à Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Baixa da União, CEP 76805-859, CNPJ 04.565.735/0001-13, mediante agendamento pelos números: (69) 3211-2092 / 2051 / 2000. Horário: 8h às 18h.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - **ou por outros meios previstos na legislação de licitações** -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União - DOU, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, a Gestão e Fiscalização desta ARP está informado no Item **13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**, do **TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I** do Edital do Pregão Eletrônico nº. 04/2019, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 08 de julho de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	HERNANDES SALES GUERRA Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Rudma Rosa Oliveira Costa</i> CPF: 629.311.562-72 1ª Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.87449 2ª Testemunha

Documento assinado eletronicamente por **Hernandes Sales Guerra, Usuário Externo**, em 11/07/2019, às 08:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 11/07/2019, às 14:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 18/07/2019, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SILVA, Técnico Judiciário, em 18/07/2019, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS

Espécie: Extrato das Atas de Registro de Preços n.ºs. 39, 40, 42 a 45/2019, decorrentes do Pregão Eletrônico 08/2019/TRE-RO. Processo SEI [0000989-80.2019.6.22.8000](#). 1ª) ARP n.º 39/2019 – Adjudicatária: RECOL DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 04.598.413/0003-32. Objeto: I) Item 09 do Edital. Papel A4 alcalino branco com desempenho máximo para impressão a laser (conforme informações técnicas contidas na embalagem do fabricante), liso em ambos os lados, com propriedades anti-atolamento, medindo 210 x 297 mm, com alvura não inferior a 97%, com gramatura 75g/m², em resma de 500 folhas, embalagem com propriedades térmicas e anti-umidade. As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981. (Cód. 275655). Resma. Quant. 6000. Vlr Unit. R\$ 14,75. Valor Total do Fornecedor: R\$ 88.500,00; 2ª) ARP n.º 40/2019 – Adjudicatária: PAPELARIA TEIXEIRA LTDA-EPP. CNPJ: 04.925.681/0001-50. Objeto: I) Item 14 do Edital. Bobina de plástico bolha de alta resistência, medindo 1,20 m de largura x 100 m de comprimento, diâmetro da bolha 10 mm, em gramatura mínima de 120 gr/m² e máximo 150 gr/m² (Cód. 239234). Unid. Bobina 100m. Quant. 50. Vlr Unit. R\$ 161,73. Total do Fornecedor: R\$ 8.086,50; 3ª) ARP n.º 42/2019 – Adjudicatária: A. C. F. MOREIRA. CNPJ: 14.410.553/0001-27. Objetos: I) Item 06 do Edital. Estilete retrátil com lâmina metálica medindo 18 mm de largura (lâmina larga), tipo profissional, com corpo e quebrador de lâmina confeccionado em termoplástico, empunhadura emborrachada anatômica, com suporte interno para lâmina confeccionado em aço carbono bicromatizado, com trava de segurança, lâminas substituíveis e com pontas renováveis. Acompanha 2 lâminas reservas internas (Cód. 238683). Marca: Tris. Unid. Quant. 360. Vlr Unit. R\$ 14,00. Valor Total do Fornecedor: R\$ 5.040,00; 4ª) ARP n.º 43/2019 – Adjudicatária: PRISMA PAPELARIA EIRELI, CNPJ: 28.076.288/0001-05. Objetos: I) Item 04 do Edital. Cola branca a base de PVA, com bactericida, lavável, atóxica, aspecto pastoso, com bico aplicador e em tubo com 90/100 g, validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 317551). Unid.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quant. 600. Vlr Unit. R\$ 1,22. Valor Total do Fornecedor: R\$ 732,00; 5ª) ARP nº. 44/2019 – Adjudicatária: INTERLABEL SOLUÇÕES EM ROTULAGEM EIRELI. CNPJ: 30.019.250/0001-34. Objetos: I) Item 7 do Edital. Etiqueta autoadesiva (em bobina), confeccionada em papel couchê branco, com espessura mínima de 0,1 mm, sem microserilha, para utilização em impressora Samsung Bixolon SLP-T400; etiqueta medindo 24 mm x 60 mm, com 3 mm de espaço entre etiquetas, com rolete interno medindo 25 mm de diâmetro útil e com a quantidade mínima de 1.000 (mil) etiquetas por bobina. As licitantes que apresentarem propostas para este item deverão apresentar, SOB PENA DE RECUSA DA PROPOSTA, comprovante de registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981. (Cód. 000400). Marca: Colacril- Interlabel. Unid. Rolo. Quant. 400. Vlr Unit. R\$ 8,74. Valor Total do Fornecedor: R\$ 3.496,00; e 6ª) ARP nº. 45/2019 – Adjudicatária: HOLANDA PAPELARIA EIRELI. CNPJ: 63.772.925/0001-70. Objeto: I) Item 12 do Edital. Percevejo latonado, caixa com 100 unidades. Material Metal Galvanizado, Tratamento Superficial Pintado, Tamanho 9 mm, Características Adicionais Cores Variadas (Cód.425254). Marca: BRW. Caixa c/100 Unid. Quant. 50. Vlr Unit. R\$ 1,73. Valor Total do Fornecedor: R\$ 4.920,00. Valor Total das ARP's: R\$ 108.941,00. Vigência das ARP's: 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinadas por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, em 11.07.2019 e pelos representantes das empresas, em datas variadas.

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 15/07/2019, às 14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 136, quarta-feira, 17 de julho de 2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE RESCISÃO

1) Termo de Rescisão do Contrato nº 28/2014 -TRE/RN; 2) Processo Administrativo Eletrônico nº 2363/2014; 3) Locadora: ELENET - SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA (CNPJ: 09.502.112/0001-15); 4) Fundamento Legal: Art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/1993; 5) Efeitos: a partir de 02/01/2019; 6) Signatários: Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN, e Roberto Jorge da Silva.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO FRUSTRADA PREGÃO Nº 29/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica que a licitação restou frustrada.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA-GERAL ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE CESSÃO DE USO

PROCESSO Nº 2019.0.000025035-0 - OBJETO: Cessão parcial de uso, sem ônus para o Cessionário, de parte do imóvel situado na Praça Amélia Vargas de Oliveira, nº 01, Centro, Varre e Sai, para funcionamento do Posto Revisonal para cadastramento biométrico. PARTES: União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, e Município de Varre e Sai. PRAZO DE VIGÊNCIA: de 15/7/19 a 31/1/20.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 116.798/17. Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 6/18, de prestação de serviços de limpeza, coleta seletiva de resíduos sólidos e conservação e demais serviços pertinentes. CONTRATADA: FB Tercerização Ltda. - ME. CNPJ: 12.313.874/0001-88. FUND. LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05 e Lei nº 8.666/93, com redação da Lei nº 8.883/94. OBJETO: Acréscimo de R\$ 102.720,02 para o período de 22/02/2019 a 21/02/2020. Valor para 2019: R\$87.560,52, conforme NEs nº 751, 752 e 753/19. Valor para 2020: R\$15.159,50. Elemento de despesa: 3390.37. Natureza: Locação de mão de obra. Programa de Trabalho: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2019

Processo nº 2019.0.000023149-5

O Sr. Diretor-Geral torna pública a homologação da licitação mediante Pregão Eletrônico Nº 24/2019, destinado à aquisição de material elétrico, quanto aos itens 1, 4, 5, 6, 7, 10, 12, e grupos 4, 7 e 9, sendo vencedoras as empresas VOLT MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI, para os itens 1, 6 e 7, pelos valores de R\$ 2.541,30, R\$ 1.380,90 e R\$ 5.268,00, respectivamente; GR COMERCIO EIRELI, para o item 4, pelo valor de R\$2.085,12; MACIFE SOLUÇÕES EM MATERIAIS LTDA, para o item 5 e o grupo 9 pelos valores de R\$ 1.899,00 e R\$ 2.311,50, respectivamente; I9 DO BRASIL MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI, para o item 10, pelo valor de R\$ 4.032,00; REYNET CABEAMENTO ESTRUTURADO - EIRELI, para o grupo 4, pelo valor de R\$ 1.491,19; e KRIMA VENDAS E SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI, para o grupo 7 e o item 12, pelo valor de R\$1.930,98 e R\$1.139,00, respectivamente.

BRUNO CEZAR ANDRADE DE SOUZA
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato das ARPs 39, 40, 42 a 45/2019, Pregão Eletrônico 08/2019/TRE-RO. Processo 0000989-80.2019.6.22.8000. 1ª) ARP 39 - RECOL DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 04.598.413/0003-32. 1) Item 09 do Edital. Quant. 6000. Vir Unit. 14,75. Valor Total R\$ 88.500,00; 2ª) ARP 40/2019 - PAPELARIA TEIXEIRA LTDA-EPP. CNPJ: 04.925.681/0001-50. 1) Item 14 do Edital. Quant. 50. Vir Unit. R\$ 161,73. Total: R\$ 8.086,50; 3ª) ARP 42/2019 - A. C. F. MOREIRA. CNPJ: 14.410.553/0001-27. 1) Item 06 do Edital. Quant. 360. Vir Unit. R\$ 14,00. Valor Total R\$ 5.040,00; 4ª) ARP 43/2019 - PRISMA PAPELARIA EIRELI. CNPJ: 28.076.298/0001-05. 1) Item 04 do Edital. Quant. 600. Vir Unit. R\$ 1,22. Valor Total R\$ 732,00; 5ª) ARP 44/2019 - INTERLABEL SOLUÇÕES EM ROTULAGEM EIRELI. CNPJ: 30.019.250/0001-34. Objetos: 1) Item 7 do Edital. Marca: Colacril- Interlabel. Quant. 400. Vir Unit. R\$ 8,74. Valor Total R\$ 3.496,00; e 6ª) ARP 45/2015 - HOLANDA PAPELARIA EIRELI. CNPJ: 63.772.925/0001-70. 1) Item 12 do Edital. Quant. 50. Vir Unit. R\$ 1,73. Valor Total R\$ 4.920,00. Valor Total das ARPs: R\$ 108.941,00. Vigência das ARPs: 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinadas por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, em 11.07.2019 e pelos representantes das empresas, em datas variadas.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato das ARPs nº 46, 48, a 59/2019, Pregão Eletrônico TRE-RO 03/2019. Processo SEI 0002252-84.2018.6.22.8000 - SEI. 1ª) ARP 46/2019 - Adjudicatária: STAR COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI. CNPJ: 05.252.941/0001-36. 1) Item 09 do Edital. Quant. 270. Valor Unit. 115,52; 1) Item 36 do Edital. Quant. 650. Valor Unit. 18,27. Valor Total da ARP 43.065,90; 2ª) ARP 48/2019 - Adjudicatária: FAMAHA - COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 07.734.851/0001-07. Item 12 do Edital. Quant. 4600. Valor Unit. 0,38. Valor Total da ARP 1.748,00; 3ª) ARP 49/2019 - Adjudicatária: SM PANTANAL REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI. CNPJ: 12.561.153/0001-97. 1) Item 13 do Edital. Quant. 1600. Valor Unit. 1,09. Valor Total da ARP 1.744,00; 4ª) ARP 50/2019 - Adjudicatária: MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA. CNPJ: 12.811.487/0001-71. 1) Item 17 do Edital. Quant. 6.160. Valor Unit. 7,88. Valor do item 48.540,80; 1) Item 41 do Edital. Quant. 700. Valor Unit. 5,80; 1) Item 42 do Edital. Quant. 500. Valor Unit. 4,15. Valor Total da ARP 54.675,80; 5ª) ARP 51/2019 - Adjudicatária: COMERCIO VAREJISTA DE ARMARINHO MARTINS EIRELI. CNPJ: 13.807.868/0001-40. 1) Item 34 do Edital. Quant. 1.000. Valor Unit. 3,78. Valor total da ARP 3.780,00; 6ª) ARP 52/2019 - S N A - COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA. CNPJ: 14.756.414/0001-50. 1) Item 08 do Edital. Quant. 1.900. Valor Unit. R\$ 5,48; 1) Item 42 do Edital. Quant. 1000. Valor Unit.7,14. Valor Total da ARP 17.552,00; 7ª) ARP 53/2019 - Adjudicatária: SANIGRAN LTDA. CNPJ nº 15.153.524/0001-90. 1) Item 16 do Edital. Quant. 1000. Valor Unit. R\$ 6,90. Valor Total da ARP 6.900,00; 9ª) ARP 54/2019 - Adjudicatária: G. GAMA LTDA. CNPJ 15.479.369/0001-04. 1) Item 5 do Edital. Quant. 48. Valor Unit. 68,00; 1) Item 15 do Edital. Quant. 138. Valor Unit. 93,00; 1) Item 24 do Edital. Quant. 272. Valor Unit. 8,90; 1) Item 35 do Edital. Quant. 2.800. Valor Unit.

R\$ 4,09; V) Item 44 do Edital. Quant. 500. Valor Unit. 87,49. Valor Total da ARP R\$ 73.715,80; 10ª) ARP 55/2019 - Adjudicatária: SYLVIA P. DA COSTA RAMOS. CNPJ nº 23.318.893/0001-13. 1) Item 01 do Edital. Quant. 4600. Valor Unit. R\$ 1,599; 1) Item 03 do Edital. Quant. 4.100. Valor Unit. R\$ 4,24; 1) Item 11 do Edital. Quant. 550. Valor Unit. R\$ 2,99; Valor Total da ARP R\$ 26.383,90; 11ª) ARP 56/2019 - Adjudicatária: L G FURTADO BRAGA. CNPJ: 23.917.074/0001-92. 1) Item 22 do Edital. Quant. 850. Valor Unit. R\$ 2,00; 1) Item 46 do Edital. Quant. 140. Valor Unit. R\$ 120,00. Valor Total da ARP R\$ 18.500,00. 12ª) ARP 57/2019 - Adjudicatária: MGS BRASIL DISTRIBUIDORA EIRELI. CNPJ 25.329.901/0001-52. 1) Item 21 do Edital. Quant. 4000. Valor Unit. R\$ 15,89. Valor Total da ARP, R\$ 63.560,00; 13ª) ARP 58/2019 - Adjudicatária: CHARLEI BONI. CNPJ: 28.719.518/0001-07. 1) Item 04 do Edital. Quant. 410. Valor Unit. R\$ 3,98; 1) Item 20 do Edital. Quant. 1.500. Valor Unit. R\$ 1,96. Valor Total da ARP R\$ 4.571,80; 14ª) ARP 59/2019 - Adjudicatária: P. H. DE OLIVEIRA FERREIRA. CNPJ: 29.331.151/0001-04. 1) Item 02 do Edital. Quant. 7.300. Valor Unit. R\$ 4,39; 1) Item 23 do Edital. Quant. 390. Valor Unit. R\$ 6,59. Valor Total da ARP R\$ 34.617,30. Valor Total das ARPs: R\$ 350.814,30. Vigência das Atas: 12 a contar da publicação no D.O.U. Assinadas por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e pelos representantes das empresas.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 3TA CT20/2016; SEI 0000885-95.2018.6.23.8000; Contratada: Telemar Norte Leste S/A. - Em Reraperação Judicial; Objeto: prorrogação de vigência. Assinatura: 12/07/2019. Pelo TRE/RR: Alex Caon Fin, Diretor-Geral; Pela Contratada: Paulo Sergio Alves de Moraes e Calos Alberto da Costa Barbosa

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2019 - UASG 70020

Nº Processo: 15.533/2019. Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de lâmpadas de led. Total de Itens Licitados: 5. Edital: 17/07/2019 das 12h00 às 17h00. Endereço: Rua Esteves Junior 80, Centro - Florianópolis/SC ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70020-5-00030-2019. Entrega das Propostas: a partir de 17/07/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 30/07/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital também está disponível no site www.tre-sc.jus.br (Transparência - Contas públicas - Pregões).

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE
Coordenadora de Julgamento de Licitações

(SIASGnet - 15/07/2019) 70020-00001-2019NE000115

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: SADP nº 160109/2013 - PROCEDIMENTO: DLF 110/2013 - Cartório da 348ª Zona Eleitoral - Vila Formosa - SP. Termo Aditivo - LOCADORES: José Passeri, C.P.F. Nº 058.580.038-34, Hilda dos Anjos Passeri, C.P.F. Nº 163.212.978-79, Geraldo Tadeu Moraes, C.P.F. Nº 011.114.738-70 e Norimar Passeri Moraes, CPF Nº 089.911.268-47 - OBJETO: formaliza a prorrogação contratual para o período de 26/08/2019 a 25/08/2021; consignar a renúncia dos LOCADORES ao acréscimo do valor do aluguel em razão do reajuste que incidiria em 26/08/2019, sem prejuízo da incidência de reajuste em 2020, conforme previsto contratualmente; e substituir o índice IGP-M pelo IPCA, publicado pelo IBGE, para fins de reajuste - VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.492.214,95 - VIGÊNCIA: de 26/08/2013 a 25/08/2021 - DATA DE ASSINATURA: 10/07/2019 - SIGNATÁRIOS: Desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; José Passeri, Hilda dos Anjos Passeri, Geraldo Tadeu Moraes e Norimar Passeri Moraes, Locadores.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2019 - UASG 70018

Nº Processo: SEI 52557-27-2019. Objeto: Aquisição de pendrives com interface USB 3.0. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 17/07/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Francisca Miquelina, 123, Bela Vista - São Paulo/SP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70018-5-00077-2019. Entrega das Propostas: a partir de 17/07/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/07/2019 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

ALESSANDRO DINTOF
Secretário de Administração de Material

(SIASGnet - 15/07/2019) 70018-00001-2019NE000068

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 59/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para fornecimento de materiais de expediente. O Pregoeiro do TRE torna público o resultado da licitação em epígrafe. Sagraram-se vencedoras as licitantes LADO C. COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO HOME OFFICE EIRELI: itens 1, 3 a 6, 21 e 22; COMERCIAL MILEUM EIRELI: itens 2 e 15; LG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA: itens 8 a 10, ADRIANA WERCH BIRCK item 11; TUPIRATINS MATERIAIS ESCOLARES EIRELI itens 12 a 14 e 24; PRISMA PAPELARIA EIRELI-ME item 16; DALEN SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI-EPP: item 17; ON-X COMÉRCIO E SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA. itens 18 e 27; AZUOS SUPRIMENTOS EMPRESARIAIS LTDA-ME: itens 19 e 23; TALITHA A. DA S. GIOTTO - ME: item 20; MENEZES E RODRIGUES COMERCIAL LTDA: item 26; LANCE TECNOLOGIA MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI: item 28 e e SCORPION INFORMÁTICA EIRELI para o grupo único.

ANA CAROLINA DA SILVA ROCHA
Equipe de Apoio

(SIDEC - 16/07/2019) 070018-00001-2019NE682019

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 64/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para manutenção de extintores. O Pregoeiro do TRE torna público o resultado da licitação em epígrafe. Sagrou-se vencedora a licitante NOVO BRASIL COM. DE EQUIP. E SISTEMAS EPP para o grupo único.

Em 15 de julho de 2019
RICARDO MENDONÇA FALCÃO
Pregoeiro do TRE-SP

ANA CAROLINA DA SILVA ROCHA
Equipe de Apoio

(SIDEC - 16/07/2019) 070018-00001-2019NE000068



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302019071307100133

133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

